

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.496 - SP (2019/0333909-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : QLL LOGÍSTICA E ARMAZENAGEM LTDA  
**ADVOGADO** : RENATA VILHENA SILVA - SP147954  
**RECORRIDO** : ALLIANZ SAÚDE S.A  
**AGRAVANTE** : ALLIANZ SAÚDE S.A  
**ADVOGADO** : CLAUDIO APARECIDO RIBAS DA SILVA - SP101418  
**AGRAVADO** : QLL LOGÍSTICA E ARMAZENAGEM LTDA  
**ADVOGADO** : RENATA VILHENA SILVA - SP147954

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto por ALLIANZ SAÚDE S.A. contra decisão que inadmitiu o recurso especial com base na Súmula n. 7 do STJ (e-STJ fls. 1.010/1.011).

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo da agravada em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 846):

PLANO DE SAÚDE COLETIVO. REAJUSTES FINANCEIRO E POR SINISTRALIDADE. Validade da cláusula que prevê o reajuste financeiro e por sinistralidade. Contudo, deve haver efetiva comprovação dos aumentos aplicados, sobretudo em virtude do julgamento do Agravo de Instrumento nº. 2218434-29.2017.8.26.0000, que atribuiu o ônus da prova à seguradora, detentora das informações necessárias para a regular produção de prova pericial. Seguradora que, mesmo depois de intimada, não encaminhou os relatórios de sinistralidade ocorridos em cada período, solicitados pelo perito. Impossibilidade de se apurar a veracidade dos valores que a operadora alega ter gasto. Não há como se agasalhar as exasperações perpetradas pela apelada, que não pode se valer da sua própria desídia. O fato da ANS não delimitar os índices de reajustes para os contratos coletivos não pode ser utilizado como subterfúgio e justificativa para a imposição de índices exorbitantes e sem comprovação. Devolução dos valores cobrados a maior, a fim de se evitar o enriquecimento sem causa. Apelo provido em parte.

No recurso especial (e-STJ fls. 857/883), com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente sustentou violação do art. 371 do CPC/2015, pois o Tribunal de origem não teria apreciado nem valorado corretamente as provas produzidas nos autos.

Alegou afronta ao art. 2º do CPC/2015, argumentando a inaplicabilidade do CDC. Nesse contexto, destacou que (e-STJ fl. 868):

[...] não há que se aplicar o disposto no artigo 2º do Código de Defesa do Consumidor, pois, embora o contrato tenha como destinatário final os usuários do plano de seguro saúde, trata de avença estabelecida entre pessoas que não podem ser consideradas hipossuficientes e, portanto, não existe abusividade na condição contratual de reajuste de mensalidade.

Não foram apresentadas contrarrazões.

No agravo (e-STJ fls. 1.016/1.026), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 1.029/1.036).

É o relatório.

Decido.

O art. 2º do CDC não foi debatido na origem, carecendo assim de prequestionamento. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

No que respeita à má valoração das provas, o Tribunal de origem enfrentou a questão da abusividade no reajuste por sinistralidade asseverando que deve haver efetiva comprovação dos aumentos aplicados, sobretudo em virtude do julgamento do Agravo de Instrumento n. 2218434-29.2017.8.26.0000, o qual atribuiu o ônus da prova à recorrente, detentora das informações necessárias para regular a produção da prova pericial. Nesse contexto, consignou que a recorrente, mesmo depois de intimada, não encaminhou os relatórios de sinistralidade ocorridos em cada período, solicitados pelo perito, não sendo possível, portanto, apurar a veracidade dos valores apresentados pela ora agravante.

Assim, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, nos moldes pretendidos pela recorrente, demandaria revolvimento dos fatos e das provas dos autos, bem como das cláusulas contratuais, providência vedada em recurso especial, a teor das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Por fim, não há como acolher a tese de dissídio jurisprudencial, tendo em vista que falta identidade entre o paradigma apresentado e os fundamentos do acórdão.

Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, **MAJORO** os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator